

A lógica do contra

JORNAL DE BRASÍLIA

RENAN CALHEIROS

8 NOV 1995

Há alguns meses, o senador José Sarney esteve em Cartagena levando em seu discurso a reforma e a modernização do Senado, um pacote de inovações para melhorar o desempenho do nosso e de outros parlamentos, a fim de que possam acompanhar a demanda de eficiência cobrada por uma democracia que se pretenda moderna. O seu discurso foi um sucesso, especialmente com relação à idéia de se criar uma escola de altos estudos legislativos.

Quanto mais tarefas eu tenho que cumprir dentro do Congresso Nacional, mais eu sinto a necessidade de um núcleo de estudos que possa cuidar da nossa demanda em informação e formulação. Agora, como presidente da Comissão de Orçamento, vejo o quanto é difícil o Congresso apreciar o Orçamento Geral da União por não dispor da informação orçamentária qualificada, que o Governo detém quase como um monopólio.

Sabemos que o Congresso tem pouca atuação na formulação de políticas públicas, embora devesse ter um papel dinâmico não só como parceiro do Executivo, mas que também tomasse a iniciativa de criar as suas próprias formulações. Vive-se a reboque dos fatos e só se decide quando o Executivo toma a iniciativa de acionar os mecanismos do Legislativo. Claro que há questões políticas que influenciam a composição deste quadro, mas o mais importante é a falta de capacitação em recursos humanos e tecnológicos para dar suporte à atividade parlamentar e gerenciar estruturas modernas de administração.

Como resolver isso, senão refletindo, ouvindo, pesquisando, equacionando, concluindo e, finalmente, com vontade política, implementando? Com o apoio do presidente José Sarney e da

Mesa Diretora e da quase unanimidade dos senadores, instalou-se o Grupo de Reforma e Modernização do Senado. Em quatro meses, concluímos os nossos trabalhos, iniciando-se, então, os procedimentos regimentais para implementação das sugestões. Foi quando começaram a surgir algumas manifestações de insatisfação, todas muito compreensíveis. Afinal, reformar e modernizar implica em fazer, o que geralmente acaba com alguns privilégios.

Entre as sugestões do grupo que estão em tramitação, está um núcleo de estudos legislativos, que chamamos de Instituto Legislativo Brasileiro. Seu propósito é operar na área interna, cuidando do treinamento do pessoal do Legislativo, e atuar na frente externa, formando e aprimorando recursos humanos para as assembleias legislativas, câmaras municipais e até parlamentos de outros países, o que foi uma das idéias que mais fizeram sucesso na reunião promovida pelo Congresso Nacional da Colômbia, em Cartagena. Ela é tão boa, que até já há promessas de doações de organismos internacionais para a sua instalação.

Durante todas as discussões sobre ela, inclusive em seminários, sempre se teve duas preocupações mais destacadas: por um lado, construir uma instituição que conseguisse respeito internacional, por outro, evitar que a sua criação onerasse o orçamento do Legislativo. Trabalhamos, então, todo o tempo em busca de uma instituição que pudesse vir a ser auto-sustentável. Decidiu-se, ao final, criar o Instituto Legislativo Brasileiro pela transformação de um órgão já existente, o Centro de Desenvolvimento de Recursos Humanos, racionalizando atividades, eliminando redundâncias, acabando com duplicidades, tornando tudo mais enxuto, mais

simples, mais operacional e mais eficiente. Sempre se disse, e está dito em todos os documentos oficiais sobre o assunto, que haverá uma substancial redução dos custos administrativos, já que não serão criados cargos e funções e que o instituto, criado por transformação, não acarretará despesas adicionais. Foi aqui que a coisa pegou e começou a provocar matérias em alguns jornais, induzidas por insatisfeitos com a racionalização da máquina do Senado Federal.

Em todas as pesquisas internas que fizemos, quase todos os senadores foram favoráveis às conclusões do Grupo de Reforma e Modernização, inclusive com relação ao que era a escola de estudos legislativos. Várias sugestões chegaram a ser feitas e algumas foram incorporadas ao anteprojeto. Embora tenha sido consubstanciado em um projeto de resolução, lido há dias em plenário, ele está em discussão exatamente para ser modificado e melhorado, como é da rotina do Parlamento. Há posições com relação a este ou aquele aspecto, mas todos estão de acordo com o essencial: o Instituto Legislativo Brasileiro ou o nome que venha ter no curso do aperfeiçoamento do projeto é um componente essencial ao Programa de Modernização do Senado.

O único que se diz totalmente do contra, que é o senador José Eduardo Dutra, não coloca nenhum argumento técnico e lógico, mas deixa evidente que a sua atitude é o exercício de sua lógica ideológica e partidária. Ser, enfim, sempre do contra. Talvez, porque ser do contra seja muito mais fácil do que fazer.

■ O senador Renan Calheiros, do PMDB de Alagoas, é presidente da Comissão Mista de Orçamento do Congresso Nacional